

Audiências Públicas

-

05/03/2018 (SEGUNDA-FEIRA)

[SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO - CDHET](#) / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

aAUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 - 9h

-

Assunto / Finalidade: Debater sobre: “Normas Gerais de Tutela do Trabalho”, com foco na tutela necessária no Trabalho Rural e Doméstico.

Requerimento(s) de realização de audiência: - [RDH 25/2018](#), Senador Paulo Paim

Participantes:

Lucas Reis da Silva • Auditor-Fiscal do Trabalho e Representante do SINAIT

Livia Ferreira • Auditora Fiscal do Trabalho - representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT

Débora Tito Farias • Procuradora do Trabalho da 6ª Região

Luiza Batista Pereira • Presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD
Carlos Eduardo • Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais - CONTAR

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

-

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

1º Painel de Debates

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 18h

Assunto / Finalidade: Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”

1º Painel: O Sistema Internacional sob o Impacto Trump.

Participante:

- Embaixador Rubens Ricupero

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Diligência

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em Cuiabá - 9h

Assunto / Finalidade: Debater a infraestrutura rodoviária de Mato Grosso, com foco nas obras da BR163, no trecho Cuiabá-Rondonópolis, enfatizando a travessia urbana de Cuiabá e Várzea Grande.

Requerimento(s) de realização de audiência: - [RQI 5/2018](#), Senador Wellington Fagundes

Participantes:

José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz • Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)

Eduardo Sanovicz • Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR)

Ricardo Chaves de Melo Rocha • Coordenador-Geral de Serviços Aéreos Domésticos da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC) - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Luciana Rodrigues Atheniense • Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 11h

-

Assunto / Finalidade: Debater a Prevenção e Controle de Pragas na Agricultura e Pecuária Brasileira

Requerimento(s) de realização de audiência: - [RRA 3/2018](#), Senador Ivo Cassol

-

Participantes:

Sr. Marcus Coelho • Diretor do Departamento de Sanidade Vegetal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Sr. Rogério Avellar • Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

Sr. Ronaldo Teixeira • Diretor Substituto do Departamento de Saúde Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Sr. Sérgio Abud da Silva • Técnico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA CERRADOS)

RESULTADO: Audiência Pública realizada.

-

PLENÁRIO

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 808, DE 2017](#) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Vigência: 14/11/2017 a 22/02/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

14/11/2017 - 23/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente (prorrogado) (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 5, de 19 de fevereiro de 2018 (DOU de 20/02/2018));

08/02/2018 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente.

RESULTADO: Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Senador Gladson Cameli e o Deputado Pedro Fernandes.

REUNIÃO DELIBERATIVA - 14h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 806, DE 2017](#) - Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.

Assunto/Finalidade: Apreciação de Relatório

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 806, adotada em 31 de outubro de 2017, que “Dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.”.

Presidente: Senador Eduardo Amorim

Relator: Deputado Wellington Roberto

Vigência: 30/10/2017 a 07/02/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Matéria com a Relatoria

Prazos abertos

30/10/2017 - 08/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente (prorrogado) (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 5 de fevereiro de 2018 (DOU 06/02/2018));

14/12/2017 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Lido o Relatório do Deputado Wellington Roberto. É concedida vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa e a reabertura é agendada para o dia 7 de março de 2018. Em 7 de março é reaberta a Reunião. É aprovado, por unanimidade, o relatório do Deputado Wellington Roberto, que passa a constituir o Parecer da Comissão, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 806, de 2017; pela sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela sua adequação financeira e orçamentária; pela inconstitucionalidade e injuridicidade da Emenda nº 10; pela constitucionalidade, legalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 1 a 9 e 11 a 46; pela incompatibilidade e inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 6, 13, 19, 20, 22, 35 e 37; pela compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das demais Emendas; e, no mérito, pela aprovação, na forma do Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória nº 806, de 2017, e das Emendas nºs 7, 14, 24, 27, 28, 30, 40, 41, 43, 45, e pela rejeição das demais emendas.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h40

[Medida Provisória nº 809, de 2017](#) - Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 809, adotada em 4 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de pessoal do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis -IBAMA."

Vigência: 04/12/2017 a 14/03/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

04/12/2017 - 14/03/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

28/02/2018 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Previsto

RESULTADO: Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Deputado Assis do Couto e o Senador Pedro Chaves, e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Jorge Viana e o Deputado Paes Landim.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h50

[Medida Provisória nº 810, de 2017](#) - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 810, adotada em 11 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.”.

Vigência: 11/12/2017 a 21/03/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

11/12/2017 - 21/03/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002 CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Paulo Rocha e designado Relator o Deputado Thiago Peixoto.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h

[Medida Provisória nº 811, de 2017](#) - Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 811, adotada em 22 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o poder executivo a criar a empresa pública denominada empresa brasileira de administração de petróleo e gás natural s.a. - pré-sal petróleo s.a. - ppsa e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.”.

Vigência: 22/12/2017 a 01/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

22/12/2017 - 01/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002

CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Julio Lopes e designado Relator o Senador Fernando Bezerra Coelho. É aprovado o Requerimento nº 1 (Plano de Trabalho).

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h10

[Medida Provisória nº 812, de 2017](#) - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 812, adotada em 27 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso i, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste."

Vigência: 27/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

27/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Otto Alencar e designados Relator e Relatora-Revisora, respectivamente, o Deputado Leonardo Quintão e a Senadora Lúcia Vânia.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h20

Medida Provisória nº 813, de 2017 - Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 813, adotada em 27 de dezembro de 2017, que “Altera a lei complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do programa de integração social - pis e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.”.

Vigência

27/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual

AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Prazos abertos

27/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, são eleitos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, o Deputado Décio Lima e o Senador Eduardo Amorim, e designado Relator o Senador Lasier Martins.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017](#) - Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 814, adotada em 29 de dezembro de 2017, que "Altera a lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do Serviço Público de Energia Elétrica."

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Senador Eduardo Braga e designado Relator o Deputado Julio Lopes.

07/03/2018 (QUARTA-FEIRA)

-

-

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h40

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 815, DE 2017](#) - Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 815, adotada em 2 de janeiro de 2018, que "Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela união aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018."

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Hildo Rocha e designado Relator o Senador Antonio Anastasia.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h50

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 816, DE 2017](#) - Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 816, adotada em 2 de janeiro de 2018, que "Cria cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados e do distrito federal."

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, são eleitos Presidente o Senador Elber Batalha e Vice-Presidente o Deputado Sóstenes Cavalcante, e designado Relator o Deputado Subtenente Gonzaga.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 817, DE 2018](#) - Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 817, adotada em 5 de janeiro de 2018, que “Disciplina o disposto nas emendas constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-territórios federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do ato das disposições constitucionais transitórias e o art. 31 da emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.”.

Vigência: 05/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

05/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, são apresentadas as candidaturas da Deputada Maria Helena e do Deputado Hiran Gonçalves para a Presidência. Realizada a votação, é eleita a Deputada Maria Helena por 10 votos a 7, e um voto nulo. São designados Relator o Senador Romero Jucá e Relator-Revisor o Deputado Nilton Capixaba.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h10

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 818, DE 2018](#) - Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 818, adotada em 12 de janeiro de 2018, que "Altera a lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o estatuto da metrÓpole, e a lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana."

Vigência: 12/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

12/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleita Presidente a Senadora Marta Suplicy e designado Relator o Deputado Fausto Pinato.

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h20

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 819, DE 2018](#) - Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da BasÍlica da Natividade.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 819, adotada em 26 de janeiro de 2018, que "Autoriza a união a doar recursos ao estado da palestina para a restauração da basÍlica da natividade."

Vigência: 26/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

26/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

RESULTADO: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado George Hilton e designado Relator o Senador Humberto Costa.

Comissões

-

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15 - 11h30

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016](#) - Terminativo - Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

8 Observações: Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas

TRAMITAÇÃO: CE

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Adiado.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 - 11h30

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015](#) - Terminativo - Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Valdir Raupp

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

Observações: 1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e

2 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CRA è CMA

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

- **RESULTADO: Adiado.**

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015](#) - Terminativo - Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta.

Observações: 1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto;

5 2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017. 3. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão.

TRAMITAÇÃO: CRA è CMA

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

- 7 [PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030.
Autoria: Senador Jorge Viana
Relatoria: Senador João Capiberibe
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações: 1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017; 2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

- 8 [PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016](#) - Terminativo - Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental.
Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta.
Observações: 1. Constou da pauta em 7/11, 6/12 e 12/12/2017.

TRAMITAÇÃO: CMA
CABE VISTA: SIM
ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa.

Autoria: Senador José Medeiros

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Relatório: Pela aprovação com emendas

Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.

9

TRAMITAÇÃO: CMA

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer

[LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Relatoria: Senador Davi Alcolumbre

Relatório: Pela rejeição

10 Observações: Constou da pauta em 26/9, 10/10, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017

TRAMITAÇÃO: CMA

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013](#) - Não Terminativo - Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta.

Observações: 1. Em 9/12/2014, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE; 2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A

12 presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017; 4. A matéria ainda vai à CRA, em decisão terminativa.

TRAMITAÇÃO: CAE à CMA à CRA

CABE VISTA: **NÃO**

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CMA, favorável ao PLS 341/2013 com as Emendas Nos. 1-CAE/CMA, 2-CAE/CMA e 3-CMA.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014](#) - Não Terminativo - Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.

Autoria: Senador Vital do Rêgo

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta.

13 Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 2. A matéria vai à CAE, em decisão terminativa.

TRAMITAÇÃO: CMA à CAE

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CMA favorável ao PLS 284/2014, com as Emendas Nos. 1-CMA e 2-CMA.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015](#) - Não Terminativo - Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador Cidinho Santos

Relatório: Pela rejeição

Observações: 1. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista ao senador Humberto Costa. 2. Em 6/12/2017, após a reunião, o senador João Capiberibe apresentou voto em separado pela aprovação do projeto. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 3. A matéria ainda vai à CAS e à CRA, em decisão terminativa nesta última.

14

TRAMITAÇÃO: CMAè CASè CRA

CABE VISTA: **SIM**

ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: A comissão aprova o relatório, que passa a constituir parecer da CMA contrário ao PLS 541/2015.

07/03/2018 (QUARTA-FEIRA)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

[PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015](#) - Não Terminativo - Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.

Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatório: Pela rejeição do Projeto.

Observações: Em 13.10.2015, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer contrário ao Projeto. - Em 19.09.2017, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. - Em 12.12.2017, o Senador Cidinho Santos apresenta Voto em Separado pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRA. - Em 28.02.2018, lidos o Relatório e o Voto em Separado na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais - A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. - Votação simbólica.

2

TRAMITAÇÃO: CCTè CRAè CAS è CMA

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer

[LINK PARA RESUMO EXECUTIVO](#)

RESULTADO: Adiado.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 - 9h

[PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017](#) - Não Terminativo - Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que **regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.**

Autoria: Deputado Hildo Rocha

Relatoria: Senador João Alberto Souza

Relatório: Pela aprovação Observações: - A matéria constou na pauta da 29ª (11/10/2017), da 31ª (18/10/2017), da 32ª (25/10/2017), da 33ª (01/11/2017) e da 38ª (13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; e na pauta da 1ª e da 2ª reuniões da 4ª Sessão Legislativa Ordinária; - Na 1ª Reunião da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, em 07/02/2018, foi concedida vista, nos termos regimentais, ao Senador Paulo Rocha; - O relator, Senador João Alberto Souza, apresentou novo relatório, em 21/02/2018, com voto pela aprovação da matéria; - A matéria segue para a apreciação da CAE - Comissão de Assuntos Econômicos.

1

TRAMITAÇÃO: CDR

CABE VISTA: NÃO

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Reunião cancelada.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014](#) - Terminativo - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para **definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.**

Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares

Relatoria: Senador José Pimentel

Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta Observações: - A matéria constou na pauta da 9ª (24/05/2017), da 12ª(07/06/2017) e da 38ª(13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - A matéria constou também na pauta da 2ª (21/02/2018) Reunião da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; - Votação nominal.

5

TRAMITAÇÃO: CAE e CDR

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Reunião cancelada.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 - 11h

[PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2015](#) - Não Terminativo - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Explicação da Ementa: **Regula a indenização de benfeitorias a agricultores ocupantes de boa-fé em terras indígenas.**

Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição do Projeto

13 Observações: Tramitação: CDH e CRA

TRAMITAÇÃO: CDH è CRA è CCJ

CABE VISTA: **SIM**

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: **Adiado.**

-
COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

REUNIÃO DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 - 11h

-

[REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2 de 2018](#) - Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 215 de 2017 que **“Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens”**.

2 Nominata de convidados para audiência pública: - Dr. Igor Brito - Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); - Dr. Luciano Santos - membro da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); - Maria Eduarda Melo - Gerente da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); - João Carlos Basílio - Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC); - Edmund Klotz - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA); - Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Autoria: Senador Paulo Paim

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

RESULTADO: Aprovado.

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014](#) - Não Terminativo - **Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.**

Autoria: Senador Antonio Aureliano

Relatoria: Senadora Fátima Bezerra

Relatório: Pela rejeição

5 Observações: - Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.

TRAMITAÇÃO: CTFC è CRA è CAS

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer

RESULTADO: Adiado.